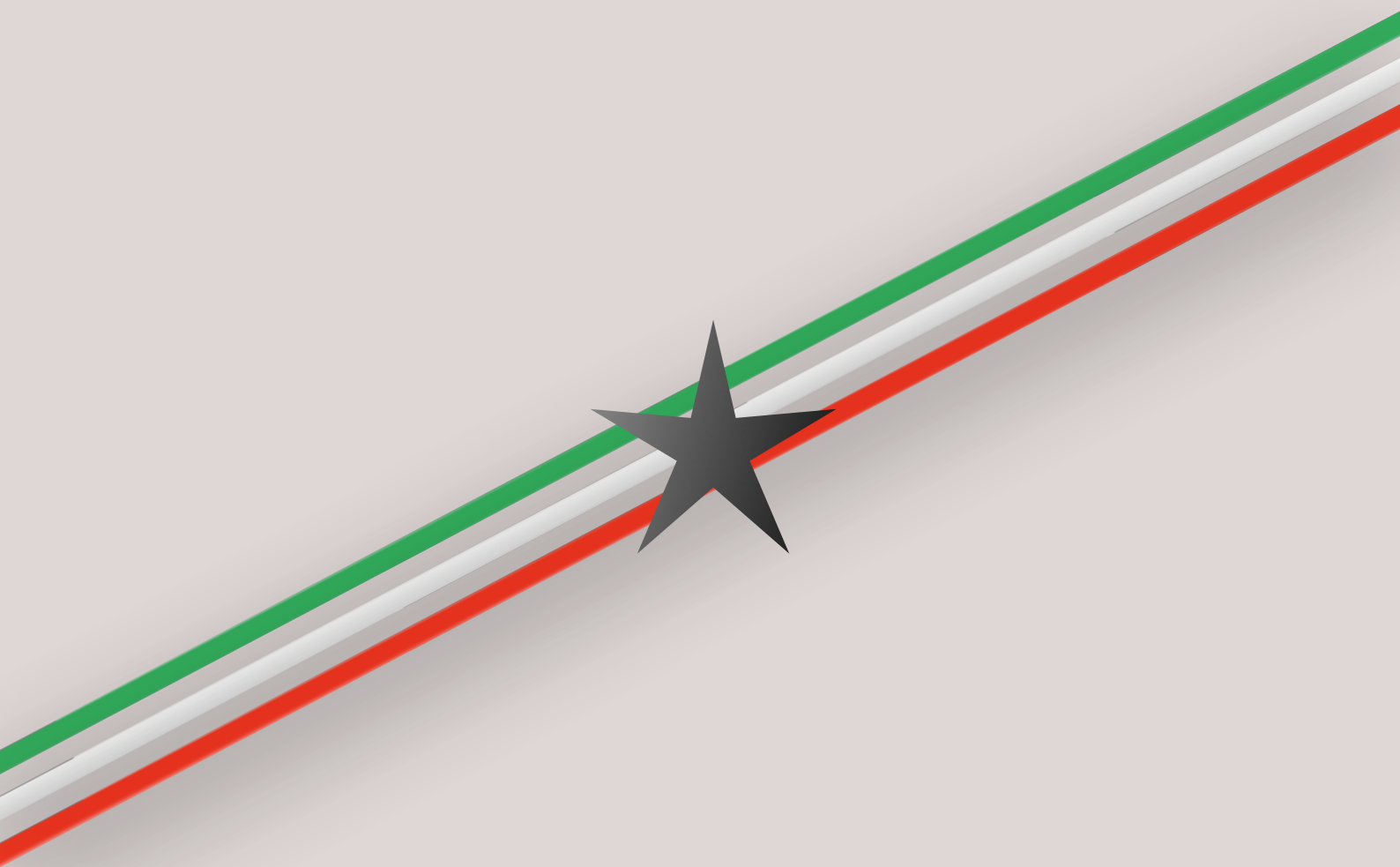


# A Somalilândia e a disputa por reconhecimento na ordem global: Implicações para os BRICS+



---

Marta Fernández  
Diana Ferreira



## **Ficha Catalográfica**

BPC Papers V.13. N. 03 - Maio/2026. Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center  
ISSN: 2357-7681  
28 p.; 29,7cm  
1. Somalilândia; 2.Reconhecimento Internacional; 3. BRICS+

## **Autores**

Marta Fernández  
Diana Ferreira

## **Coordenação**

Isabelle Bernardes

## **Design e Diagramação:**

Dani Dias

## **Sobre o BRICS Policy Center:**

O BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC), think thank vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), é um centro de reflexão independente, não partidário e sem fins lucrativos na cidade do Rio de Janeiro. O BPC tem como missão contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento, ampliação de direitos e promoção da igualdade nos países do sul global, por meio da produção de conhecimento crítico e relevante para o debate público acerca das transformações em curso no sistema internacional e seus desdobramentos nos planos local, nacional e regional.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

BRICS Policy Center  
Centro de Estudos e Pesquisas BRICS

Casas Casadas, 3º andar, Rua das Laranjeiras 307,  
Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP:  
22240-004.

## **Equipe BPC:**

### **Diretor do Instituto de Relações Internacionais**

Kai Michael Kenkel

### **Diretora do BRICS Policy Center**

Marta Fernández

### **Diretora Adjunta do BRICS Policy Center**

Maria Elena Rodriguez

### **Coordenadora Administrativa**

Lia Frota e Lopes

### **Gerente de Projetos**

Clara Costa

### **Assistente de Projetos**

Luana Freitas

### **Comunicação**

Isabelle Bernardes

e-mail:

[bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org)





Foto: Getty Images



## Reconhecimento e Reações Internacionais

O reconhecimento da Somalilândia por Israel, em dezembro de 2025, vai muito além de uma decisão bilateral periférica. O episódio ilumina disputas centrais da ordem internacional contemporânea: soberania, validação seletiva, competição entre potências e o lugar da África nas reconfigurações geopolíticas mais amplas.

O gesto marcou um ponto de inflexão no status internacional da Somalilândia, tornando Israel o primeiro Estado-membro das Nações Unidas a reconhecê-la. O movimento gerou forte reação internacional. A Somália condenou a decisão, enfatizando que a [“região da Somalilândia é uma parte integral, inseparável e inalienável do território soberano”](#) do país.

Em reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU, a [ampla maioria dos membros condenou a decisão](#) e reiterou seu apoio à soberania e à integridade territorial da Somália, alertando para os

potenciais efeitos desestabilizadores no Chifre da África e no Mar Vermelho.

Em paralelo, [a Liga Árabe](#) também criticou o reconhecimento, afirmando que a medida viola o direito internacional, reafirmando a defesa da unidade da Somália e alertando para riscos à estabilidade regional. A decisão foi posteriormente acompanhada, em abril de 2026, pela nomeação do primeiro embaixador israelense para a Somalilândia, sinalizando o aprofundamento dos vínculos políticos e de segurança.

Na sequência, [a União Africana reiterou sua posição de não reconhecimento da Somalilândia como Estado independente](#), classificando iniciativas unilaterais dessa natureza como contrárias aos princípios da organização e ao direito internacional, e potencialmente prejudiciais à estabilidade regional. Esse posicionamento reafirma o princípio da intangibilidade das fronteiras herdadas da independência, considerado um pilar normativo da União Africana para a ordem política africana contemporânea.



### **Somalilândia: trajetória, institucionalidade e limites do não reconhecimento**

A Somalilândia localiza-se no norte do Chifre da África, com capital em Hargeisa, fazendo fronteira com Djibouti a noroeste, Etiópia a sul e a oeste, e com o restante da Somália a leste. O território corresponde ao antigo Protetorado Britânico da Somalilândia, que, em 1960, se uniu à ex-Somália italiana para formar a República da Somália (Anzalone, 2023). No entanto, diferenças institucionais e políticas entre as duas regiões, somadas à centralização autoritária

sob o regime de Siad Barre e à violência da guerra civil, alimentaram tensões crescentes. Com o colapso do Estado somali no início da década de 1990, lideranças locais — articuladas, entre outros, pelo Somali National Movement (SNM) — declararam unilateralmente a independência da Somalilândia em 1991, reivindicando o restabelecimento das fronteiras do antigo protetorado britânico (Chintan Research Foundation, 2026).

Desde então, a Somalilândia consolidou-se como uma entidade de facto independente, com instituições políticas, moeda, passaportes e forças de segurança próprias, além de níveis relativamente elevados de estabilidade em comparação com o restante da Somália. O território adotou uma constituição [aprovada por referendo em 2001 e, desde 2003, realiza eleições consideradas relativamente livres e pacíficas](#). O sistema político opera segundo um modelo híbrido de governança que combina instituições estatais formais com mecanismos locais de autoridade, como Conselho de Anciãos (Guurti), que desempenha funções centrais de mediação política e resolução de conflitos, contribuindo para a estabilidade do sistema e para a construção de legitimidade doméstica (Fernández y Garcia, 2017).

Apesar dessa trajetória institucional, a ausência de reconhecimento internacional formal continua a impor limitações significativas: restringe o acesso a financiamento externo e exclui a Somalilândia de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, o que dificulta sua inserção na economia global. Ainda assim, o território apresenta indicadores socioeconômicos relativamente superiores, sustentados por uma economia baseada na exportação de gado, remessas da diáspora e na expansão do setor

de serviços, mesmo sob limitações impostas pelo não reconhecimento internacional (Fernández y Garcia, 2017; Government of Somaliland, s.d.).

Esse quadro revela uma tensão constitutiva: se, por um lado, o não reconhecimento internacional limita o acesso a mercados, investimentos e financiamento externo, por outro, tem contribuído para reforçar formas de autonomia política e funcionalidade estatal, ainda que em condições precárias e marcadas por assimetrias estruturais no sistema internacional.

Foto: Reuters





## O que está em jogo no reconhecimento da Somalilândia por Israel

A relevância estratégica da Somalilândia está diretamente associada à sua localização no Chifre da África, às margens do Golfo de Áden, próxima ao estreito de Bab el-Mandeb — uma das principais rotas do comércio marítimo global. Esse estreito conecta o Mar Vermelho ao Oceano Índico e constitui um eixo essencial para o fluxo entre a Europa e a Ásia via Canal de Suez. Estima-se que [12% do comércio marítimo global](#) — incluindo petróleo e gás natural — transite por essa passagem, o que a torna um ponto crítico para a segurança energética e comercial internacional.



Imagem: Google Earth

Nesse contexto, o porto de Berbera, situado na Somalilândia, ganha importância crescente como ativo logístico e estratégico, oferecendo acesso direto a essas rotas e potencial de integração com corredores comerciais regionais, como no caso da Etiópia — país sem acesso ao

mar e altamente dependente de rotas externas para seu comércio. A centralidade do Bab el-Mandeb torna-se ainda mais evidente no contexto da escalada recente da guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã: diante das restrições e ameaças ao trânsito no Estreito de Ormuz — em um cenário marcado pelo bloqueio dos Estados Unidos aos fluxos energéticos iranianos — cresce o risco de expansão das tensões para o Mar Vermelho, [inclusive à luz de declarações recentes de autoridades iranianas sobre a possibilidade de afetar o fluxo marítimo nessa região](#). Tal dinâmica reforça o caráter estratégico da região como corredor crítico e vulnerável para o comércio e a segurança energética globais.

Foto: DP World; Porto de Berbera



O reconhecimento da Somalilândia por Israel deve ser compreendido à luz de um conjunto de motivações estratégicas, que combinam fatores de segurança, geopolítica regional e reposicionamento internacional. No plano securitário, destaca-se a crescente relevância do Mar Vermelho como espaço de projeção da chamada “guerra assimétrica” associada ao Irã, caracterizada pelo apoio a atores não estatais, como os Houthis no Iêmen. Durante o genocídio promovido por Israel em Gaza, os Houthis intensificaram ataques contra rotas marítimas no Mar Vermelho em apoio aos palestinos, afetando o tráfego internacional e contribuindo para uma redução significativa no volume de navegação na região, além de realizar ataques com mísseis e drones que desafiaram a segurança israelense. Nesse contexto, a proximidade geográfica da Somalilândia em relação ao Iêmen amplia seu valor como potencial plataforma para monitoramento, coleta de inteligência e projeção de capacidades defensivas voltadas à contenção de ameaças provenientes do Mar Vermelho, em um cenário de guerra contra o Irã.

Ao mesmo tempo, o reconhecimento também pode ser interpretado como parte de uma estratégia mais ampla de Israel para enfrentar seu crescente isolamento geopolítico, agravado pelo contexto das guerras em Gaza e no Líbano. Ao estabelecer relações com um território que combina estabilidade institucional com a realização de eleições regulares, Israel também mobiliza uma dimensão normativa, associando-se a um parceiro que projeta elementos de governança democrática no Chifre da África. Nesse sentido, autoridades israelenses defenderam, inclusive no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, que o reconhecimento da Somalilândia representa o reconhecimento de uma realidade política consolidada e potencialmente favorável à estabilidade

regional. Ainda assim, esse enquadramento contrasta com um cenário interno de  crescentes contestações às tendências autoritárias e de erosão das garantias democráticas do Estado israelense.

Foto: The New Arab



Esse movimento também pode ser interpretado à luz da estratégia mais ampla dos Acordos de Abraão, mediados pelos Estados Unidos, que, a partir de 2020, viabilizaram a normalização das relações diplomáticas entre Israel e países árabes, como os Emirados Árabes Unidos, com foco na cooperação política, econômica e de segurança, bem como em arranjos pragmáticos de estabilização regional. Tais Acordos têm buscado promover estabilidade sem depender de uma solução abrangente para o conflito israelo-palestino, refletindo uma

lógica de normalização sem resolução, que prioriza a estabilização das relações interestatais e reduz o peso da questão palestina como pré-condição para a normalização regional (Nadziratyani; Aoi, 2025).

Nesse sentido, o reconhecimento da Somalilândia por Israel pode ser lido como uma extensão dessa mesma lógica, ao privilegiar o reconhecimento de uma realidade política de facto como base para arranjos de estabilidade, ainda que à margem de consensos multilaterais e de soluções abrangentes para disputas territoriais. Além disso, o reconhecimento da Somalilândia por Israel tem sido cercado de cautela e controvérsias, incluindo alegações — posteriormente negadas pela Somalilândia — [sobre possíveis acordos envolvendo o reassentamento de palestinos ou o estabelecimento de bases militares](#), o que evidencia a sensibilidade política e simbólica da decisão.

Israel, contudo, não ficou completamente isolado. Na reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU, [os Estados Unidos foram o único membro a não condenar o reconhecimento da Somalilândia](#), adotando uma posição mais ambígua do que a dos demais integrantes do órgão.

Essa ambiguidade dialoga com um debate mais amplo nos Estados Unidos, no qual análises estratégicas — [especialmente em círculos de política externa e think tanks](#) — têm defendido o aprofundamento do engajamento com a Somalilândia, ainda que abaixo do limiar do reconhecimento formal, como parte de um reposicionamento no Mar Vermelho e no Chifre da África. [Outras análises](#), por sua vez, destacam os custos potenciais desse movimento, especialmente no campo do contraterrorismo, na medida em que o reconhecimento pode tensionar as relações com o

governo federal da Somália e afetar a coordenação dos esforços regionais contra grupos como o Al-Shabaab.

Outra camada que ilumina as ambiguidades da política externa norte-americana pode ser encontrada nas dinâmicas domésticas do país sob o governo Trump, em particular o endurecimento das

Foto: Reuters



políticas migratórias e de segurança. Ao mesmo tempo, discursos públicos, marcados por estratégias de desumanização e por práticas de exposição e constrangimento, reforçam uma lógica de securitização de populações e territórios. Operações conduzidas por agências como o Immigration and Customs Enforcement (ICE), incluindo ações direcionadas a comunidades somalis em cidades como Minneapolis–Saint Paul, no estado de Minnesota — que abriga uma das maiores diásporas somalis do país — contribuem para a criação de um clima de medo, vulnerabilidade e estigmatização entre essas populações, restringindo sua capacidade de mobilização política em temas sensíveis de política externa. Nesse contexto, a ambiguidade diplomática dos Estados Unidos em relação ao reconhecimento da Somalilândia pode ser entendida como parte de um processo mais amplo em que dinâmicas internas e externas se alimentam mutuamente, sugerindo que práticas de controle, hierarquização e divisão no plano doméstico estão conectadas a formas de fragmentação e polarização no plano internacional, inclusive no espaço político somali (Hassan, 2025).



## Riscos regionais

Ao mesmo tempo, o reconhecimento de Israel à Somalilândia insere-se em um debate mais amplo sobre seus efeitos na estabilidade regional. Autoridades somalis e atores regionais alertam para o risco de que a decisão contribua para dinâmicas de fragmentação e instabilidade no Chifre da África. O governo da Somália, por meio de seu ministro das Relações Exteriores, [afirmou que o reconhecimento viola sua soberania e pode agravar tensões regionais](#), fomentando processos de fragmentação que criam condições propícias à atuação de grupos extremistas como o Al-Shabaab. Além disso, análises recentes apontam para formas emergentes de cooperação entre grupos armados no Mar Vermelho e no Chifre da África, [incluindo vínculos entre os Houthis e a Al-Shabaab, com indícios de troca de tecnologia, treinamento e circulação de táticas e de redes logísticas entre o Iêmen e o Chifre da África](#).

Esse tipo de articulação pode ampliar significativamente as capacidades desses grupos e reforçar dinâmicas de insegurança em escala regional.

Nesse contexto, o aprofundamento do engajamento israelense na Somalilândia também pode aumentar a exposição do território a retaliações e a possíveis ataques dos Houthis. A localização da Somalilândia, com extensa costa voltada para o Iêmen, oferece vantagens potenciais do ponto de vista do monitoramento e da projeção de capacidades militares, mas também a insere diretamente no raio de ação de dinâmicas de confronto já presentes no Mar Vermelho. Assim, iniciativas que visam ampliar a presença externa na região podem, simultaneamente, reforçar capacidades de segurança e elevar sua vulnerabilidade a ameaças assimétricas, evidenciando o caráter ambivalente do reconhecimento em termos de segurança regional.




Foto: Asharq Al-Awsat/AFP



## E os BRICS+ com isso?

O caso da Somalilândia ilumina as diferentes formas pelas quais os países do BRICS+ se posicionam diante de disputas territoriais e de dinâmicas de reconhecimento em um contexto de crescente fragmentação da ordem internacional. Longe de constituir um bloco homogêneo, o BRICS+ reúne atores com interesses, trajetórias e estratégias distintas, cujas respostas refletem tanto prioridades nacionais quanto diferentes modalidades de engajamento na competição geopolítica contemporânea, revelando também disputas normativas em torno de princípios como soberania, integridade territorial e legitimidade internacional.



No âmbito do BRICS+, a posição da **China** destaca-se como particularmente relevante, sobretudo à luz da crescente centralidade do Chifre da África em suas estratégias geopolíticas e da sensibilidade em relação à questão de Taiwan.

Desde 2017, Pequim mantém em Djibuti — localizado no mesmo corredor estratégico do Golfo de Áden que margeia a Somalilândia — [sua primeira base militar no exterior destinada a sustentar a participação chinesa em missões de paz, operações antipirataria e ações de assistência humanitária, incluindo a evacuação de civis em contextos de crise.](#) A base está situada em proximidade direta de Camp Lemonnier, principal instalação militar dos Estados Unidos na África — ativa desde o início dos anos 2000 —, o que tem alimentado [preocupações em Washington](#) quanto à intensificação da presença chinesa em uma das regiões mais estratégicas para o comércio marítimo global. Essa presença integra uma estratégia mais ampla que combina dimensões militares, logísticas e econômicas, articulando-se a investimentos da Iniciativa do

Cinturão e Rota, com ampla participação de empresas estatais chinesas no desenvolvimento de portos, corredores ferroviários e zonas logísticas, incluindo a [Djibouti International Free Trade Zone \(DIFTZ\)](#), uma das maiores zonas de livre comércio da África.



Foto: DIFTZ

A zona vem se consolidando como um ponto de entrada regional para fluxos de capital e comércio global, refletindo um padrão de atuação chinesa baseado na articulação de infraestrutura, logística e redes comerciais. A partir desse processo, Djibuti consolidou-se como um nó central na projeção chinesa no Mar Vermelho e no Golfo de Áden, ao mesmo tempo em que se tornou um espaço de crescente competição entre grandes potências.

É nesse cenário que a aproximação entre a Somalilândia, vizinha de Djibuti, e Taiwan ganha relevância para Pequim. Ambos os territórios operam como Estados de facto sem amplo reconhecimento internacional, mobilizando formas de diplomacia não tradicional, baseadas em escritórios de representação e em cooperação bilateral fora dos canais multilaterais formais. Ao mesmo tempo, essa aproximação reflete escolhas estratégicas das lideranças políticas da Somalilândia, que, ao se distanciarem da

China e se apresentarem como parceiras de atores ocidentais e de Taiwan, buscam ampliar sua inserção internacional e reforçar sua posição como entidade politicamente viável no sistema internacional, ainda que não plenamente reconhecida no sistema internacional. Para a China, essa relação representa um desafio ao princípio de “Uma Só China” e contribui para ampliar a visibilidade internacional de entidades não reconhecidas, projetando, para além do contexto africano, dinâmicas que Pequim busca historicamente conter (Aidi, 2022).

Nesse sentido, o reconhecimento da Somalilândia por Israel tende a reforçar a projeção internacional de Taiwan, ao ampliar precedentes simbólicos e diplomáticos em torno de entidades não reconhecidas, o que abre espaço para novos movimentos de reconhecimento seletivo, ao mesmo tempo em que tensiona as posições da China e pode favorecer interesses estratégicos de Israel e dos Estados Unidos na região.

O movimento pode ser entendido como um reposicionamento estratégico de Israel, alinhado à lógica de expansão das parcerias inaugurada pelos Acordos de Abraão, que privilegia arranjos pragmáticos de segurança e cooperação à margem de soluções estruturais para conflitos regionais (Nadziratyani; Aoi, 2025). Ao mesmo tempo, parte do debate recente — [especialmente em círculos estratégicos ligados a think tanks norte-americanos associados a esses acordos](#) — tem chamado a atenção para o aprofundamento da competição entre os Estados Unidos e a China no Mar Vermelho, com destaque para Djibuti como principal polo de concentração de ativos militares e logísticos, em um contexto marcado pela expansão dos investimentos chineses em portos, ferrovias e infraestrutura ao longo desse corredor estratégico, [acompanhada por níveis](#)

crescentes de endividamento externo que têm alimentado preocupações quanto à dependência financeira de Djibuti em relação à China. No marco do debate de think tanks norte-americanos, recomenda-se, por exemplo, o fortalecimento da presença norte-americana no país e sua articulação com parceiros regionais, como os Emirados Árabes Unidos. Em paralelo, outras análises têm destacado o potencial da Somalilândia como parceira funcional potencial em propostas de reconfiguração da presença estratégica norte-americana, especialmente em áreas como segurança marítima, combate ao terrorismo e apoio logístico, inclusive como forma de ampliar opções estratégicas no leste da África em um contexto de crescente vulnerabilidade das rotas comerciais e da concentração de ativos em Djibuti.

Essas propostas evidenciam disputas em curso sobre a reorganização da presença internacional no Mar Vermelho e no Chifre da África, reforçando o caráter estratégico e politicamente sensível da região na competição entre grandes potências. No entanto, tais recomendações devem ser problematizadas. Ao priorizarem imperativos geopolíticos e de segurança, essas abordagens tendem a relativizar princípios do direito internacional e posições consolidadas de organizações regionais, como a União Africana, que reiteradamente defendem a integridade territorial da Somália. Nesse sentido, podem ser interpretadas como parte de uma tendência de reinscrição do Chifre da África em dinâmicas estratégicas externas, nas quais a fragmentação territorial e a instrumentalização de atores locais tendem a reproduzir padrões históricos de intervenção, com ecos de lógicas coloniais, em que a reorganização espacial do poder precede — e frequentemente condiciona — os processos de reconhecimento político pleno.




Apesar das expectativas em torno do alinhamento político entre os Estados Unidos, Israel e os **Emirados Árabes Unidos**, [a posição do país caracteriza-se por uma estratégia de engajamento pragmático e de baixo perfil](#). Abu Dhabi tem sido, há quase uma década, o principal parceiro externo da Somalilândia, com investimentos significativos na modernização do porto de Berbera por meio da DP World, além da manutenção de presença diplomática e operacional no território. Ao contrário de outros países árabes, os Emirados evitaram uma condenação pública explícita ao reconhecimento israelense, optando por uma postura mais cautelosa que reflete a necessidade de equilibrar interesses regionais distintos — incluindo suas relações com a Arábia Saudita e seu alinhamento mais amplo no Golfo.

Essa postura torna-se ainda mais significativa quando considerada à luz de sua inserção no BRICS+ e do aprofundamento de suas relações econômicas com a China, seu principal parceiro comercial, o que reforça sua atuação como um ator capaz de transitar entre diferentes arranjos estratégicos. Na prática, essa ambiguidade sugere que Abu Dhabi tende a aprofundar sua presença na Somalilândia de forma gradual e discreta, priorizando investimentos em infraestrutura, logística e segurança sem necessariamente avançar, no curto prazo, para o reconhecimento formal.

Esse padrão de atuação ganha ainda mais complexidade quando considerado à luz dos desenvolvimentos recentes no Golfo. Em maio de 2026, os Emirados Árabes Unidos formalizaram sua retirada da OPEP+, [ressaltando que a decisão não era dirigida contra outros membros, mas refletia interesses próprios no campo energético](#). Ainda assim, considerando o peso relativo dos Emirados e da Arábia Saudita na governança do mercado de petróleo, o movimento foi

interpretado como um sinal de reconfigurações mais amplas nas dinâmicas estratégicas da região. [Em particular, analistas têm associado essa decisão a um contexto mais amplo de tensões e reposicionamentos no entorno do Mar Vermelho, incluindo o conflito no Iêmen e a atuação dos Houthis.](#) Nesse sentido, a presença dos Emirados na Somalilândia e no litoral do Chifre da África também pode ser compreendida como parte de uma estratégia mais ampla de diversificação de sua projeção regional, em um cenário de maior fluidez nas alianças do Golfo.

Essa atuação evidencia como, em um contexto de crescente competição entre grandes potências e de reconfiguração das próprias alianças regionais, alguns atores têm buscado preservar margem de manobra por meio de estratégias de engajamento em múltiplas frentes — dinâmica que se manifesta de forma particularmente clara na política externa indiana.



No caso da **Índia**, a reação ao reconhecimento da Somalilândia por Israel foi marcada pela cautela, com [Nova Delhi reafirmando seu apoio à integridade territorial da Somália](#) e evitando posicionamentos que pudessem aprofundar tensões regionais. Essa postura reflete uma [estratégia de multialinhamento](#), na qual o país busca equilibrar, de forma pragmática, diferentes parcerias e interesses.

Nesse contexto, a atuação indiana articula simultaneamente distintas dimensões: por um lado, o compromisso formal com princípios de soberania e integridade territorial, em consonância com sua tradição diplomática; por outro, o aprofundamento de seu engajamento em iniciativas de conectividade, segurança marítima e infraestrutura no Oceano Índico, frequentemente apresentadas como [alternativas à Iniciativa do Cinturão e Rota liderada pela](#)

[China](#), incluindo o fortalecimento da cooperação com atores como Israel e os Emirados Árabes Unidos em projetos estratégicos, sem que isso implique um alinhamento automático em questões sensíveis como o reconhecimento de entidades não estatais.

Essa combinação de prudência diplomática e engajamento estratégico evidencia a tentativa da Índia de manter flexibilidade em um ambiente internacional marcado por crescente fragmentação, operando por meio de múltiplas parcerias simultâneas. Nesse sentido, sua atuação no Chifre da África e no Mar Vermelho ilustra claramente a lógica do multialinhamento, segundo a qual a gestão de relações diversificadas torna-se um recurso central para ampliar a autonomia e a influência.




No caso da **Etiópia**, o reconhecimento da Somalilândia por Israel deve ser analisado principalmente à luz de uma questão estrutural: a busca por acesso ao mar. A Etiópia é hoje o país mais populoso do mundo sem litoral, o que a torna altamente dependente de rotas externas, em especial do porto de Djibuti, para seu comércio exterior, sua segurança logística e sua trajetória de desenvolvimento. Nesse contexto, a Somalilândia ganha relevância estratégica como alternativa para a diversificação portuária e a redução de vulnerabilidades externas. Em 2024, Addis Abeba firmou um memorando de entendimento com Hargeisa que prevê acesso marítimo de longo prazo, incluindo o uso de infraestrutura portuária na costa da Somalilândia, em troca de contrapartidas políticas e econômicas. No entanto, o acordo teve vida curta: após negociações mediadas pela Turquia no final de 2024, Etiópia e Somália passaram a sinalizar um retorno a arranjos de acesso ao mar sob a autoridade de Mogadíscio, indicando um recuo em relação à lógica inicial de reconhecimento em troca de acesso. Embora o

acordo tenha suscitado fortes reações do governo federal da Somália, esse desfecho evidencia tanto a fragilidade desse tipo de iniciativa quanto a intensidade das disputas geopolíticas em torno do status da Somalilândia, ao mesmo tempo em que reforça a centralidade da questão marítima na estratégia etíope. O reconhecimento da Somalilândia por Israel, ao conferir maior visibilidade e peso político ao território, tende a reforçar, indiretamente, a posição da Etiópia em iniciativas desse tipo, ainda que marcadas por contestação regional (Chintan Research Foundation, 2026).

Essa dinâmica insere-se, por sua vez, em um contexto mais amplo de disputas regionais. A Etiópia enfrenta tensões prolongadas com o Egito e o Sudão em torno da Grande Represa do Renascimento Etíope (GERD), [projeto que teve a China como principal investidora](#) e foi concebido por Addis Abeba como instrumento central de desenvolvimento, industrialização e superação de vulnerabilidades históricas, mas percebido pelo Cairo como uma ameaça estratégica ao regime hídrico do Nilo. Nesse sentido, a controvérsia em torno da barragem revela visões concorrentes sobre justiça distributiva, soberania e uso legítimo de recursos transfronteiriços, nas quais a Etiópia reivindica maior espaço para utilizar águas provenientes de seu território, historicamente reguladas por arranjos assimétricos herdados do período colonial (Wedajo, 2024). Sob essa perspectiva, reduzir a estratégia etíope apenas à busca por acesso ao mar seria insuficiente. A GERD ocupa lugar central no imaginário político contemporâneo do país como projeto de desenvolvimento nacional e de expansão da capacidade energética. Para amplos setores da sociedade etíope, a barragem tornou-se também símbolo de soberania e orgulho nacional, frequentemente associada à memória da Batalha de Adwa (1896), quando forças etíopes derrotaram o

exército colonial italiano e preservaram a independência do país em meio à partilha europeia da África. Nesse sentido, a defesa da GERD transcende considerações econômicas estritas e conecta-se a narrativas históricas de autonomia, resistência anticolonial e afirmação estatal (E-International Relations, 2025).

Por outro lado, a relação da Etiópia com a Somália permanece marcada por questões históricas sensíveis, como a região do [Ogaden — território de maioria somali incorporado à Etiópia ao longo do século XX e palco de conflitos armados e reivindicações de autodeterminação](#). Por sua vez, iniciativas que reforçam a posição internacional da Somalilândia podem ser interpretadas por atores regionais como potencialmente reabrindo disputas territoriais e identitárias latentes no Chifre da África. Ao mesmo tempo, as relações entre Israel e Etiópia também possuem uma dimensão histórica e simbólica, associada à presença de comunidades judaicas etíopes (Beta Israel) e às conexões construídas ao longo do tempo em torno da identidade e do pertencimento. Essa relação, no entanto, é marcada por ambiguidades, incluindo episódios de discriminação e marginalização enfrentados por judeus etíopes em Israel, o que revela tensões entre o reconhecimento simbólico da identidade judaica e da ligação histórica com Israel e as hierarquias raciais e culturais persistentes no interior da sociedade israelense (Ojanuga, 1993). Essa dimensão contribui para a densidade das relações bilaterais e para a inserção da Etiópia nas dinâmicas mais amplas da projeção israelense na Somalilândia.



No caso do **Egito**, a reação ao reconhecimento da Somalilândia por Israel foi imediata, refletindo preocupações que combinam princípios jurídicos e interesses estratégicos. O governo egípcio condenou a decisão como uma violação do direito internacional e da

soberania da Somália, reiterando seu compromisso com a unidade territorial do país e alertando para os riscos de desestabilização regional. Ao lado de outros Estados árabes e africanos, o Egito destacou que ações unilaterais dessa natureza podem estabelecer precedentes perigosos, com implicações mais amplas para a segurança no Chifre da África e no Mar Vermelho (Chintan Research Foundation, 2026).

Essa posição deve ser compreendida também à luz da centralidade do rio Nilo para a segurança nacional egípcia. O país depende de forma quase absoluta das águas do Nilo para o abastecimento urbano, a agricultura, a estabilidade econômica, a segurança alimentar e a reprodução cotidiana da vida social, o que torna qualquer alteração relevante no regime de fluxo do rio motivo de grande preocupação. No caso egípcio, a questão hídrica foi historicamente securitizada e tratada por sucessivos governos como um tema de sobrevivência nacional (Wedajo, 2024). Nesse quadro, a GERD, iniciada em 2011 e concebida como o maior projeto hidrelétrico da África, além de plenamente operacionalizada em 2025 (E-International Relations, 2025), introduz uma mudança estrutural no equilíbrio regional ao permitir que a Etiópia amplie sua capacidade de influenciar, em alguma medida, o ritmo de enchimento e de liberação das águas do Nilo Azul, responsável pela maior parte da água que chega ao Egito, localizado na porção final do curso do rio.

Mais do que um recurso natural, a água assume, nesse contexto, o estatuto de ativo estratégico. O acesso estável ao Nilo afeta diretamente a produção agrícola, os preços internos, o emprego rural, a legitimidade estatal e a estabilidade socioeconômica do país. Não por acaso, sucessivos governos egípcios trataram

historicamente o tema como questão existencial, frequentemente descrita em termos de vida ou morte nacional. Ainda no Egito Antigo, o Nilo figurava como símbolo civilizacional e fonte primordial da vida material, o que ajuda a explicar a persistência de seu peso material e simbólico no imaginário político egípcio (E-International Relations, 2025).

Como apontam análises recentes sobre a bacia do Nilo, esse cenário tem sido frequentemente enquadrado no debate regional sob uma lógica de soma zero, na qual os avanços de países rio acima são percebidos pelo Egito como potenciais perdas. Ao reforçar posturas rígidas e percepções de ameaça existencial, esse enquadramento tende a criar entraves ao diálogo e a dificultar mecanismos negociados de gestão hídrica (Wedajo, 2024). Com a consolidação da GERD, a disputa desloca-se das tentativas de impedir sua implementação para a necessidade de administrar uma nova realidade estratégica já constituída (E-International Relations, 2025). O fato de o controle e o uso das águas do Nilo serem percebidos pelo país como uma questão de sobrevivência nacional explica, assim, a centralidade do tema na política externa do Egito.

Assim, o reconhecimento da Somalilândia por Israel é interpretado não apenas como uma questão jurídica, mas também como parte de uma reconfiguração regional mais ampla, com potenciais efeitos indiretos sobre equilíbrios sensíveis. Ao mesmo tempo, essa leitura evidencia que princípios normativos, como a defesa da integridade territorial, coexistem e são constantemente rearticulados à luz de preocupações estruturais relacionadas à segurança hídrica, à estabilidade regional e à redistribuição de poder no Chifre da África.

No caso da **Arábia Saudita**, a reação ao reconhecimento da Somalilândia por Israel convergiu com a posição egípcia,

combinando a defesa da soberania da Somália com preocupações quanto à estabilidade regional. Riad alinhou-se à condenação expressa por outros países árabes, mas sua postura também deve ser compreendida à luz de sua estratégia mais ampla no Chifre da África e no Mar Vermelho. Nos últimos anos, a Arábia Saudita tem intensificado seu engajamento com a Somália como parte de uma política de contenção de influências concorrentes e de estabilização do entorno do Mar Vermelho, considerado central para sua segurança energética e comercial.

Foto: Gulf International Forum / O ministro da defesa da Somália assinou um memorando de cooperação militar com a Arábia Saudita em Riade, em fevereiro de 2026.



Essa preocupação foi intensificada por desenvolvimentos recentes no campo da segurança regional. A atuação dos Houthis no Iêmen, com o uso de mísseis e drones contra rotas marítimas, evidenciou a vulnerabilidade das principais rotas de escoamento de energia. Relatos de possíveis conexões operacionais entre Houthis e grupos como o Al-Shabaab aumentaram os receios em Riad de que o litoral somali se torne um elo crítico na articulação de redes insurgentes ao

longo do Bab el-Mandeb. Esse cenário ganha ainda mais relevância diante das restrições ao trânsito no Estreito de Ormuz, que levaram a [Arábia Saudita a redirecionar parte significativa de suas exportações de petróleo para rotas pelo Mar Vermelho, elevando a importância da segurança dessas vias para a própria estabilidade econômica do país](#). Nesse contexto, o fortalecimento do Estado somali e o controle de seu litoral tornam-se prioridades estratégicas, tanto para prevenir a expansão de ameaças quanto para garantir a proteção de rotas marítimas essenciais.

Paralelamente, interesses econômicos também desempenham um papel crescente na política saudita na região. [O comércio bilateral com a Somália tem se expandido significativamente nos últimos anos, com destaque para setores como a exportação de gado, a agricultura, a pesca e a infraestrutura portuária, em linha com os objetivos da Visão 2030 de diversificação econômica e segurança alimentar](#). Assim, a rejeição saudita ao reconhecimento da Somalilândia reflete não apenas a defesa de princípios jurídicos, mas também uma estratégia mais ampla de preservação da ordem regional e de proteção de interesses econômicos e energéticos vitais no Mar Vermelho.

Foto: The Guardian





## Considerações Finais:

O reconhecimento da Somalilândia por Israel evidencia, de forma particularmente nítida, como o território vem sendo progressivamente inscrito em dinâmicas geopolíticas mais amplas, nas quais interesses estratégicos externos tendem a reconfigurar o espaço político regional. Nesse sentido, a Somalilândia vem sendo progressivamente inscrita em dinâmicas geopolíticas mais amplas, a ponto de surgir, em diferentes análises, como um [“laboratório”](#) de experimentação estratégica, no qual se testam arranjos de segurança, modelos de cooperação e formas alternativas de inserção internacional à margem dos marcos multilaterais consolidados.

Essa leitura, no entanto, deve ser problematizada. Ao tratar a Somalilândia como espaço de oportunidade estratégica, essas abordagens frequentemente reproduzem uma lógica de instrumentalização de matriz colonial, na qual o território e sua população aparecem como meios para fins mais amplos, e não como sujeitos centrais dos processos decisórios. Como já argumentado em análises críticas sobre a Somália, a tendência de enquadrar o país por meio de categorias externas — como “Estado falido” ou “espaço de intervenção” — obscurece a complexidade das dinâmicas locais e silencia formas alternativas de organização política e social (Fernández y Garcia, 2017).

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que a Somalilândia não constitui um bloco homogêneo. [O reconhecimento por Israel, longe de produzir consenso interno, revela fissuras e tensões no próprio território, incluindo a oposição de segmentos da população à normalização das relações, especialmente diante de controvérsias quanto às possíveis implicações para a questão palestina.](#) Isso indica que, mesmo em contextos de relativa estabilidade institucional, os processos de reconhecimento internacional podem gerar dinâmicas internas de contestação, desafiando leituras simplistas sobre legitimidade e soberania.

Nesse quadro, a Somalilândia emerge como um espaço onde se entrecruzam múltiplas escalas de poder — local, regional e global —, frequentemente mediadas por lógicas assimétricas. Ecoa aqui o provérbio africano segundo o qual “quando os elefantes lutam, é a relva que é pisoteada”; os custos dessas disputas tendem a recair de forma desproporcional sobre populações locais, cujas vozes permanecem, em grande medida, ausentes justamente nos debates que definem seus destinos.

Diante desse cenário, torna-se fundamental reafirmar a centralidade de princípios do direito internacional, como a soberania e a integridade territorial, historicamente defendidos por organizações regionais como a União Africana, bem como a importância de soluções negociadas em marcos multilaterais, incluindo o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Isso não implica uma rejeição absoluta a processos de transformação territorial ou a novas formas de reconhecimento, mas aponta para a necessidade de que tais mudanças sejam conduzidas de forma coletiva, legítima e ancorada em processos inclusivos, evitando a consolidação de precedentes unilaterais que possam aprofundar dinâmicas de fragmentação.

Por fim, para os países do Sul Global e para fóruns como o BRICS+, o caso da Somalilândia oferece uma advertência relevante. Em um contexto marcado pela intensificação da competição geopolítica, torna-se crucial evitar alinhamentos automáticos e respostas reflexas que reproduzam, no continente africano, disputas externas e binarismos estratégicos, frequentemente apresentados como inevitáveis. Em vez disso, a construção de alternativas passa pelo fortalecimento de arranjos multilaterais, pela valorização de soluções regionais e, sobretudo, pela incorporação efetiva das vozes locais nos processos que definem o futuro político e econômico da região.

## Referências Bibliográficas:

- ◆ Aidi, Hisham. 2026. Israel's Recognition of Somaliland and the Strategic Implications for the Horn of Africa. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies (CSIS).
- ◆ Anzalone, Christopher. 2023. Review of "The Country That Does Not Exist: A History of Somaliland", de Gérard Prunier. *The Journal of the Middle East and Africa*, published online ahead of print, setembro de 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/21520844.2023.224022>
- ◆ Chintan Research Foundation. 2026. "Israel's Recognition of Somaliland: Reactions and Implications for the Horn of Africa." Research Article No. 42/2026.
- ◆ Fernández y Garcia, Marta Regina. 2017. "Rethinking Peace-Building Practices through the Somaliland Experience." *Review of African Political Economy* 44 (151): 85–103.
- ◆ Government of Somaliland. s.d. "The Economy." Disponível em: <https://www.govsomaliland.online/article/the-economy>. Acesso em 02 de maio de 2026.
- ◆ Hassan, Hamdy A. Egypt's Choices on the Grand Ethiopian Renaissance Dam. *E-International Relations*, 19 Oct. 2025. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2025/10/19/egypts-choices-on-the-grand-ethiopian-renaissance-dam/> Acesso em: 2 maio 2026
- ◆ Hassan, Osman Ali. 2025. "Connecting the Dots: Trump, ICE and the Foggy Prelude to Somalia's Partition through Israel." *WardheerNews*, 29 de dezembro de 2025.
- ◆ Nadziratyani, Nadya, e Isbandi Rukminto Aoi. 2025. "Normalization Without Resolution? Regional Peace Initiatives." *The SARPAS: The Sunan Ampel Review of Political and Social Sciences* 5 (1): 30–45.
- ◆ Ojanuga, Durrenda Nash. *The Ethiopian Jewish Experience as Blacks in Israel*. *Journal of Black Studies*, v. 24, n. 2, p. 147–158, 1993.
- ◆ Wedajo, Yohannes Girma. The stalemate over the negotiation process of the Grand Ethiopian Renaissance Dam (GERD). *Mediterranean Journal of Social Sciences*, v. 15, n. 3, p. 37–52, May 2024. DOI: <https://doi.org/10.36941/mjss-2024-0021>



**PUC**  
RIO



**BRICS**  
Policy Center  
Centro de Estudos  
e Pesquisas BRICS